

VOTO

Trata-se de representação formulada pela empresa XCMG Brasil Indústria Ltda. (XCMG) acerca de suposta fraude ocorrida no Pregão Eletrônico SRP 14/2023, promovido pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), cujo objeto foi a aquisição de retroescavadeiras hidráulicas.

2. Por meio do Acórdão 1.370/2025-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Tribunal julgou procedente a representação e declarou a inidoneidade da empresa Liugong Latin América Máquinas para Construção Pesada Ltda. (Liugong) para licitar com a Administração Pública federal pelo prazo de um ano.

3. A irregularidade que ensejou a penalidade se consubstanciou na apresentação de informações falsas em declaração de qualificação técnica. Em visita técnica realizada pelo Dnocs, apurou-se que as empresas indicadas para prestação de assistência técnica nos estados de Sergipe e Alagoas não possuíam o vínculo declarado.

4. Inconformada com a decisão, a Liugong interpôs o presente pedido de reexame, aduzindo, em síntese, as seguintes teses: a) conduta anticompetitiva da empresa representante; b) inexistência de fraude; c) boa-fé, evidenciada pela sua desistência do certame; d) ausência de dolo; e) interpretação restritiva do edital e violação à Súmula TCU 272; e f) desproporcionalidade da sanção aplicada.

5. Após examinar as razões recursais, a Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos) conclui que não houve prescrição e que as teses apresentadas não seriam suficientes para reformar a decisão impugnada.

6. Feito esse breve resumo, passo a decidir.

7. Ratifico o conhecimento do recurso, porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 48 da Lei 8.443/1992.

8. Quanto ao mérito, acolho integralmente o encaminhamento sugerido pela AudRecursos, incorporando seus fundamentos às razões deste voto, sem prejuízo das considerações adicionais que passo a expor.

9. Inicialmente, afasto a ocorrência de prescrição, nos termos da análise promovida pela unidade instrutiva, constante dos parágrafos 5.1 a 5.8 da instrução reproduzida no relatório que antecede este voto.

10. A recorrente sustenta que o questionamento apresentado pela XCMG configuraria conduta anticompetitiva, com o objetivo de afastar concorrentes, argumento que não merece acolhida. Ao representar ao Tribunal e solicitar a apuração de possível irregularidade, a empresa exerce regular direito de questionar a lisura do procedimento licitatório, contribuindo, assim, para a manutenção da higidez dos certames públicos.

11. Diferentemente do alegado, a comprovação da rede de assistência técnica não constitui condição acessória, mas sim requisito essencial para a habilitação técnica, razão pela qual alegações de tratativas em andamento ou planos de negócios não suprem a exigência do edital. Tal requisito visa a afastar o risco de que os equipamentos adquiridos, de elevado valor, fiquem desprovidos de rede de manutenção, o que poderia comprometer sua disponibilidade; não se trata, portanto, de exigência enquadrável ao teor do enunciado da Súmula TCU 272.

12. As teses da boa-fé e da desistência voluntária igualmente não prosperam. Conforme destacado pela unidade técnica, o abandono da empresa não ocorreu por motivo justo ou de forma espontânea, mas sim no curso das diligências do Dnocs, quando já havia sido identificada a falsidade

da declaração, evidência de que a conduta fora influenciada pela iminente inabilitação. Ressalto que a apresentação de documento com conteúdo inverídico configura, por si só, fraude em licitação, ilícito formal ou de mera conduta, cuja caracterização prescinde da ocorrência de dano ao erário.

13. No tocante à proporcionalidade da sanção, observo que as circunstâncias do caso concreto foram devidamente sopesadas pelo relator *a quo*, culminando na aplicação de penalidade de um ano, prazo substancialmente inferior ao limite máximo previsto no art. 46 da Lei 8.443/1992, de cinco anos:

“A tentativa de indução da Administração ao erro, em certame de alta materialidade e com potencial impacto operacional e orçamentário significativo, justifica a imposição da sanção de declaração de inidoneidade ao licitante fraudador, como medida de proteção ao interesse público e ao regime de contratação administrativa.

A despeito da gravidade dos fatos, pondero que a penalidade deve ser dosada de forma proporcional, à luz do art. 22, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lindb), que impõe ao julgador considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

No caso concreto, embora caracterizada a fraude, observa-se que a empresa, após o início das diligências, optou por desistir de sua participação no certame, o que contribuiu para mitigar os efeitos negativos da conduta sobre o processo licitatório. Ademais, demonstrou-se que, embora não tenha sido concretizado, havia um plano de negócios em desenvolvimento junto à STA, em momento anterior à realização do pregão, com expectativa de assinatura do contrato de assistência técnica.

Com essas considerações, conheço da representação, julgo-a procedente e declaro a inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., para licitar, pelo período de 1 (um) ano, com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992.”

14. O argumento de que a exclusão da Liugong comprometeria a competitividade do mercado não elide a gravidade da conduta. A lisura dos certames é valor jurídico relevante e não pode ser sacrificada para beneficiar empresa que falseou documentação em procedimento licitatório.

15. Por fim, não foram apresentados elementos que evidenciem afronta ao princípio da isonomia, pois não se comprovou terem outras licitantes apresentado informações inverídicas ou recebido tratamento diferenciado.

Assim, diante da ausência de elementos capazes de alterar o julgado, nego provimento ao recurso e VOTO para que o Tribunal adote a minuta de acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2025.

MINISTRO JHONATAN DE JESUS

Relator